

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS-TO: LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Recebido em: 06/03/2022

Aprovado em: 25/05/2022

Licença: 

Ian Melo Silveira

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
Tocantins – TO – Brasil

Orranette Pereira Padilhas

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
Tocantins – TO – Brasil

Mayrhon José Abrantes Farias

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
Tocantins – TO – Brasil

Adriano Lopes de Souza

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
Tocantins – TO – Brasil

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo compreender e dar visibilidade às políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas no município de Tocantinópolis-TO. A metodologia deste estudo se caracteriza por uma abordagem qualitativa de tipo exploratório, por meio da análise documental. Dentre os principais resultados, percebe-se que a gestão municipal, por meio da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, desenvolve diferentes projetos para comunidade, os quais enfocam predominantemente a prática esportiva, voltando-se, sobretudo, para os atletas amadores da cidade e da região. Conclui-se que embora esteja em conformidade com a Constituição Federal ao fomentar o acesso às práticas de esporte e lazer enquanto direito social, a gestão deste município deveria buscar diversificar tais ofertas, na tentativa de contemplar maior diversidade da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Esporte. Atividades de lazer.

PUBLIC POLICIES ON SPORTS AND LEISURE IN THE MUNICIPALITY OF TOCANTINÓPOLIS-TO: LIMITS, CHALLENGES AND POSSIBILITIES

ABSTRACT: This research aims to understand and give visibility to public policies for sport and leisure developed in the city of Tocantinópolis-TO. The methodology of this study is characterized by an exploratory qualitative approach, through document analysis. Among the main results, it can be seen that the municipal management,

through the Department of Youth, Sport and Leisure, develops different projects for the community, which predominantly focus on sports practice, focusing, above all, on amateur athletes in the city and the region. It is concluded that although it is in accordance with the Federal Constitution by promoting access to sports and leisure practices as a social right, the management of this municipality should seek to diversify such offers, in an attempt to contemplate greater diversity in the community.

KEYWORDS: Public policies. Sport. Leisure activities.

Introdução

A política está fortemente presente no nosso cotidiano, comportando um espectro diversificado de interesses, disputas, alianças e decisões, incluindo procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos no tocante aos bens públicos (RUA, 1997). No bojo da complexidade que envolve este cenário, pode-se articular que as Políticas Públicas (PP) se apresentam como a parte mais visível, correlata à gestão do que é público (STAREPRAVO, 2014).

Em síntese, as PP constituem-se como um compromisso social que visa dar conta de determinada demanda, em atendimento a determinados direitos, expressando a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações que reverberam na coletividade (CARVALHO, 2003; STREY; AZAMBUJA; JAEGER, 2004). Essas ações incorporam teorias sobre como atingir os objetivos traçados, envolvendo valores, prioridades, relações causais e percepções da magnitude dos problemas e da eficácia dos instrumentos de intervenção (BUENO, 2008).

Conforme pontuado por Lima e D'Ascenzi (2013), na literatura há duas formas hegemônicas de se abordar as PP: a primeira, diz respeito ao seu processo de formulação, enfocando as normas que as estruturam; a segunda, por sua vez, analisa

os contextos de ação nos quais elas são implementadas, considerando as condições dos espaços locais e as burocracias correlatas.

Importante ressaltar que tais abordagens não têm um caráter excludente, mas, ao contrário, podem ser complementares. Afinal, o processo de formulação de uma PP perpassa por aspectos como a mobilização de representantes da sociedade civil e do Estado (institucionalizado), a discussão e identificação de diferentes interesses e necessidades que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública, e, por fim, a sua regulamentação (CARVALHO, 2002).

Destarte, estudar esse campo nos permite compreender a complexidade que o envolve, incluindo diferentes esferas (Federal, Estadual e Municipal), cuja análise atravessa o comportamento dos atores sociais e o processo de formulação da agenda política, na tentativa de compreender, por exemplo, o porquê e para quem as PP foram elaboradas (GRASSO, 2015). Logo, observa-se que até mesmo a questão da estrutura normativa de uma política pública pode ser decisivamente influenciada pelas concepções de mundo dos atores que irão executá-la, bem como das suas respectivas condições materiais (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

Construídas a partir de um processo não linear de lutas sociais, conquistas de direitos e questões axiológicas, as PP representam o modo de intervenção estatal no que tange às questões sociais, mais especificamente, àquelas relacionadas à garantia dos direitos sociais – educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, esporte, entre outros (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2011).

Importante ressaltar que os direitos sociais estão prescritos na Constituição Federal (CF) de 1988 e, de acordo com Linhales (1998, p. 73), “[...] pressupõe a garantia e provisão, por parte do Estado, de políticas capazes de dar suporte ao bem-

estar de todos os cidadãos”. Ora, no que concerne a tais direitos, importa-nos dar centralidade para a questão do esporte e do lazer, os quais foram se constituindo historicamente como assuntos públicos a partir de lutas pelo reconhecimento social e pelos valores culturais envolvidos. Assim, emergiu-se a necessidade do poder público investir na promoção do acesso igualitário do esporte e do lazer para diferentes camadas da sociedade, ainda que a partir de um caráter utilitário e compensatório (CASTELLANI FILHO, 1996; MARCELLINO, 2001).

De forma sintomática, evidencia-se a necessidade da realização de pesquisas acadêmicas que tenham as PP de esporte e lazer como objeto de estudo, contemplando, dentre outras coisas, o seu processo de constituição enquanto direitos sociais, bem como os traços constitutivos dos respectivos programas, ações e projetos formulados e implementados (GRASSO, 2015).

Nessa conjuntura, vale pontuar que há uma histórica relação entre as PP de esporte e de lazer com a Educação Física, ganhando notoriedade, sobretudo, a partir da criação do Grupo de Trabalho Temático (GTT) de PP no âmbito do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), em 1997. Com efeito, tal relação ajuda a justificar o fato de que, mesmo no campo das Ciências Sociais, as principais pesquisas sobre as PP de lazer sejam derivadas justamente do subcampo da Educação Física (NECA; SANTANA; RECHIA, 2021).

Assim, observa-se nas últimas décadas a realização de análises e avaliações das PP de esporte e lazer em diferentes regiões do Brasil, especialmente, nas regiões Sul e Sudeste (BUENO, 2008). Não obstante, apesar do exposto, autores como Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2011) advertem que a produção de conhecimento sobre as PP na Educação Física ainda é voltada muitas vezes a relatos de experiência,

necessitando, portanto, de maior diálogo com diferentes abordagens teórico-metodológicas.

Além disso, no caso da região Norte, por exemplo, observa-se que o desenvolvimento da produção de conhecimento a respeito das PP ainda é insipiente, haja vista o pequeno número de trabalhos produzidos, com destaque para a produção de um livro incentivado pela Rede CEDES¹, contemplando o contexto de Manaus-AM (SOARES *et al.*, 2011), bem como um texto em formato de relato de experiência no tocante ao lazer da cidade de Belém-PA (MATOS, 2001). Nesse sentido, pode-se conjecturar que uma das razões desta escassez esteja ligada à pequena oferta de pós-graduação com essa linha de pesquisa nos estados que compõem tal região, incluindo o estado do Tocantins, constituindo, desta maneira, uma lacuna na literatura e justificando a realização da presente pesquisa.

Em face do exposto, emerge a seguinte questão norteadora: como as PP de esporte e lazer são elaboradas no município de Tocantinópolis-TO? Para tanto, este estudo tem como objetivo compreender e dar visibilidade às PP de esporte e lazer desenvolvidas no contexto tocantinopolino.

Delineamentos Históricos e Conceituais das Políticas Públicas, do Esporte e do Lazer

No Brasil, antes da constituição de 1988, o Estado cumpre basicamente a função de assegurar a paz (através da defesa de suas fronteiras e da garantia de propriedade) e centralizar a arrecadação de impostos. Todavia, houve um processo contínuo de expansão dos direitos políticos e sociais ocorridos no decorrer do século

¹ Foi implantada como ação programática da Secretaria Especial do Esporte, com ações voltadas para o desenvolvimento de esporte recreativo e de lazer.

XX, apontando o fim do caráter restrito do Estado na recolha dos impostos para a defesa do território e promoção da paz. Desta forma, ele passa a se responsabilizar por outras questões sociais, garantindo que direitos e deveres sejam cumpridos. A conquista de direitos e a consequente ampliação da cidadania impôs ao Estado uma reformulação, no sentido de repensar novos conteúdos da agenda pública (LINHALES, 1998).

O conceito de PP é evidenciado, então, como uma estratégia de intervenção e regulação do Estado (e daqueles que são responsáveis por administrá-lo), na tentativa de alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a diferentes setores da sociedade. Por isso, são chamadas de “Políticas Públicas Setoriais”. Com efeito, tais ações governamentais pressupõem uma atuação política e operacional por parte do Estado na articulação entre setores, visando o atendimento dos problemas sociais de forma integrada, atinentes à determinada realidade contextual (JUNQUEIRA, 1997). Assim, “[...] diferentemente dos direitos civis e políticos, a viabilização dos direitos sociais se faz pela intervenção ativa do Estado de forma positiva, ou seja, por meio das políticas sociais” (MENICUCCI, 2006, p. 139).

Dentre esses direitos sociais, ressalta-se que o esporte e o lazer ganharam destaque nas últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século seguinte, em decorrência da sua constituição histórica no cenário nacional, reconhecimento social e, especialmente, valores culturais que emanam, incluindo a formação ética para a cidadania (ZOTOVICI *et al.*, 2013). Logo, o reconhecimento social do esporte e do lazer como áreas de conhecimento e de intervenção social começa a ter maior

visibilidade e se expande juntamente com as iniciativas das autoridades, com a promoção das discussões no sentido de propor mudanças e avanços.

Nesse contexto, autores como Dias e Fonseca (2011) argumentam que o reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais reverberou na criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, cujo princípio fundamental é o regime de colaboração efetiva entre a União, os Estados e os Municípios.

No ano de 1941, é elaborado o primeiro documento legal para normatizar o esporte. Trata-se do Decreto Lei nº 3.199/41, o qual instituiu o Conselho Nacional de Desporto (CND), destinado para orientar, fiscalizar e incentivar a prática de desportos no país (BRASIL, 1941), ou, nos termos de Castellani Filho (1999, p. 32), para “[...] disciplinar e pacificar o esporte brasileiro”. Refere-se, pois, a uma intencionalidade de cunho nacionalista e disciplinador, o que, aliás, figurou durante todo o regime militar, cabendo ao CND à estruturação e o comando do esporte nacional até 1970.

Foi com a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Departamento de Educação Física e Desporto (DED), que surge o primeiro Plano de Educação Física e Desporto (PED) em 1971, e, na sequência, a Lei Federal nº 6.251/75 (BRASIL, 1975) e o Decreto Lei nº 80.228/77 (BRASIL, 1977), responsáveis pela Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto (PNDE), no período de 1976 a 1979. O Esporte é caracterizado por grande conotação de rendimento e amplia o caráter nacionalista do regime militar. Todavia, após o fim desse regime, os movimentos populares, sociais e políticos se fortaleceram, culminando na elaboração da já mencionada CF de 1988 (ZOTOVICI *et al.*, 2013).

Nesse documento, destaca-se o estabelecimento do esporte e do lazer como direito de todo cidadão. O Art. 217, por exemplo, preconiza que é dever do Estado fomentar práticas desportivas como direito de cada um, além de incentivar o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988). O Art. 6º, por sua vez, também faz menção ao lazer no entremeio de outros direitos sociais como a educação, a saúde, a segurança, o trabalho, etc. (BRASIL, 1988). Portanto, observa-se que ambos – o esporte e o lazer – foram consolidando-se como direitos sociais após a promulgação da CF de 1988, justificando a necessidade de proposição de PP destinadas ao acesso da prática de esporte e de lazer para diferentes grupos de pessoas.

Não obstante, cumpre-nos assinalar que, apesar de serem tratados no cenário nacional a partir de uma relação de sinonímia e/ou de indissociabilidade, o esporte e o lazer possuem características próprias que os diferenciam. Nesse sentido, vale a pena fazer um destaque para o estudo realizado por Gomes e Rejowski (2005) a respeito da utilização do lazer como objeto de estudo científico no Brasil, no qual foram identificados um conjunto de 336 pesquisas (incluindo dissertações de mestrado, Teses de Doutorado e de livre-docência) no período de 1972 a 2001. Tais estudos foram classificados em 17 categorias temáticas diferentes, como por exemplo, “lazer e educação”, “lazer e trabalho”, “lazer e espaço urbano”, “lazer e cultura” e “lazer e esporte”. Esta última, foi composta por 27 trabalhos, totalizando apenas 8% da amostra.

Diante do exposto, torna-se pertinente fazer alguns apontamentos de caráter introdutório e conceitual, a fim de demarcar as diferenças e singularidades do esporte e do lazer. No que diz respeito ao primeiro, é necessário reconhecê-lo como um patrimônio cultural da humanidade, cuja dimensão moderna foi se constituindo a

partir de complexos contornos históricos (SOUZA; FERREIRA; TAVARES, 2021). Aqui, destaca-se o processo de esportivização dos passatempos lúdicos, produzindo meios para desenvolver os mecanismos internos da disciplinarização e autocontrole comportamental, retratando, desta maneira, o caráter do impulso civilizador (ELIAS; DUNNING, 1985; ELIAS, 1992).

Ademais, é preciso ter presente que, embora a sua origem esteja ligada ao contexto europeu (BOURDIEU, 1983; 1990; MANDELL, 1986), o esporte possui uma grande importância no cenário nacional (em especial, o futebol, mas não apenas ele), representando “[...] um veículo para uma série de dramatizações da sociedade brasileira” (DAMATTA, 1982, p. 21).

Por fim, é necessário tratá-lo como um fenômeno polissêmico e polimorfo, ou seja, composto por vários significados e variadas formas. Nesse sentido, autores como Steenbergen e Tamboer (1998) e Breivik (1998), por exemplo, nos apresentam uma distinção que considera os valores **do** e **no** esporte, admitindo, neste caso, uma espécie de duplo caráter, haja vista que ao mesmo tempo em que possui valores intrínsecos, também pode perfeitamente ser portador de valores extrínsecos. Desta maneira, evidencia-se que o esporte é passível de diferentes interpretações e usos, com destaque para a intencionalidade das políticas públicas de promover a inclusão de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social (BENTO, 2006). Segundo Gonçalves (2003, p. 172):

Afastar os meninos do mundo do crime, tirá-los da rua, livrá-los da violência – estas têm sido as justificativas usadas pelos projetos sociais voltados para os jovens das comunidades pobres. Todos pretendem ocupá-los com atividades educativas, esportivas, culturais e de formação para o trabalho. Acreditam que o espaço deixado pela carência de atividades possa ser ocupado pelo crime ou pelo ócio. São várias as entidades espalhadas pelo país cuja intenção é tirar moças e rapazes de situação de risco.

Com efeito, a materialização da referida intencionalidade pode ser observada no grande número de projetos sociais de caráter esportivo, tal como identificado, por exemplo, nos estudos realizados por Zaluar (1994); Gonçalves (2003); Melo (2005); Vianna e Lovisolo (2009); Eiras *et al.* (2010); Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2011).

Destarte, diante da diversidade conceitual e estrutural que se apresenta em relação ao esporte, cumpre-nos assinalar que, ao fazermos menção a esse termo, estaremos nos referindo a atividades físicas, competitivas e institucionalizadas, que envolvem um conjunto de desafios e implicam no uso de habilidades físicas relativamente complexas pelos participantes, os quais podem ser motivados tanto por recompensas internas, quanto por recompensas externas (COAKLEY, 2007).

Já no que se refere ao lazer, também é importante reconhecê-lo como um fenômeno social de dimensões múltiplas e ambíguas, cuja realidade comporta diferentes ocupações, tais como: divertimento, distração, repouso, formação desinteressada, etc. (DUMAZEDIER, 2004). Segundo Bramante (1998), o lazer representa uma dimensão privilegiada da expressão humana, caracterizando-se pelo seu potencial socializador e por uma motivação interna, dentro de um cenário marcado pela percepção da liberdade, tendo como eixo principal a questão da ludicidade. Sua vivência está relacionada diretamente ao acesso de bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por diferentes fatores – sociais, políticos, econômicos e ambientais.

Do ponto de vista conceitual, o lazer pode ser compreendido como um “[...] fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas” (MASCARENHAS,

2003, p. 97). Está associado, portanto, às atividades recreativas, eventos de massa ou a um “tempo livre”, no qual as pessoas possam realizar qualquer tipo de atividade com atitude prazerosa, visando aspectos como descanso, divertimento e/ou desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO, 2000).

Diante do exposto, importante ressaltar que além de um tempo disponível para a vivência do lazer, é necessário, também, de um espaço adequado, ou seja, o espaço urbano deve oportunizar tal vivência (MARCELLINO, 2008). Contudo, muitos municípios apresentam notável carência, com o oferecimento de poucos espaços equipados para vivências de práticas recreativas, esportivas e culturais. Normalmente, esses locais são representados por clubes, parques, campos de várzea, quadras ou ginásios, pistas de caminhada, etc., tornando-os instrumentos para a prática do lazer. Nesse sentido, estudos apontam a necessidade de as cidades se estruturarem, pois, o lazer urbano é um dos mais expressivos (MARCELLINO, 2001; MARIANO, 2008).

Com efeito, um dos espaços mais representativos para a vivência do lazer são as praças públicas, que historicamente faziam parte de áreas elitizadas das cidades ou ainda serviam exclusivamente como espaço de passagem das pessoas. As praças são vistas geralmente como local de acessibilidade. Algumas vezes, atitudes únicas e incomuns acontecem porque grupos de moradores as utilizam não apenas como forma de passagem, mas também como local para festividades da comunidade (MARCELLINO, 2000). Não obstante, a despeito dessa possibilidade criativa e autoral dos próprios indivíduos e grupos sociais, reiteramos a necessidade do poder público investir na implementação de PP e da devida constituição de tempo/espaço para a vivência do lazer, bem como do esporte.

Caminhar metodológico

O presente estudo é orientado por uma abordagem qualitativa, de tipo descritivo/exploratório, acerca das PP de esporte e lazer no município de Tocantinópolis-TO. A abordagem qualitativa não tem como foco a representatividade numérica, pois ela busca um aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização (GOLDENBERG, 1997). Configura-se como sendo exploratório, em virtude da necessidade de conhecer mais sobre um assunto ainda pouco explorado (GIL, 2008).

Essa pesquisa tem como *lócus* a Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL) de Tocantinópolis-TO. Localizada na microrregião do Estado do Tocantins, a cidade é conhecida como Bico do Papagaio, pois configura-se como uma zona de confluência com os estados do Maranhão e do Pará, formando um canal de acesso, via Belém-Brasília, para pessoas, mercadorias e informações do Centro-Sul ao Norte do país. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Tocantins, o Bico do Papagaio é uma microrregião político-administrativa composta por um total de 25 municípios (ALMEIDA, 2010).

Tocantinópolis possui uma extensão territorial que se estende por 1. 077,1 km² e conta com 22. 619 habitantes de acordo com o último censo. A densidade demográfica é de 21 habitantes por km². A cidade está localizada à margem esquerda do rio Tocantins (IBGE, 2010).

Nesse estudo a amostra consiste nos projetos e ações consideradas PP desenvolvidas pela SEJEL do referido município. Como critério de inclusão, foram escolhidos os projetos desenvolvidos no período de 2017 até 2019, em consonância

com a gestão do município. Estabelecemos como critério de exclusão, por sua vez, os projetos que não fossem elaborados e implementados pelo poder público do município e/ou aqueles que não foram disponibilizados para análise.

Utilizamos a pesquisa documental como técnica para a coleta de dados, com a utilização de documentos que não sofreram tratamento analítico ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou até mesmo informações complementares. O desafio dessa técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

Para termos acesso aos dados, foi enviado uma carta solicitando a autorização para liberação de cópias dos projetos e ações e programas. Assim, entramos em contato com o atual secretário de esporte do município para apresentar os objetivos do projeto e pegar o documento de autorização cedido pela SEJEL do Município.

Os dados atinentes às referidas fontes documentais foram tratados por meio da análise de conteúdo de Bardin (1994), com o uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Em suma, a análise de conteúdo tem por intenção a inferência de conhecimentos relativos às circunstâncias de sua produção (ou eventualmente, de recepção). Tal técnica consiste na examinação da informação, partindo de uma sequência específica de etapas, conforme se segue: organização da análise, codificação, categorização, inferência e o tratamento informático (BARDIN, 1994).

Análise Documental dos Projetos de Políticas Públicas de Esporte e Lazer em Tocantinópolis-TO

O município que outrora chamava-se “Boa Vista”, passou a ser denominado de Tocantinópolis após o Decreto-Lei estadual nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943 (GOIÁS, 1943). Atualmente, conta com uma Secretaria unificada que é responsável pela Juventude, Esporte e Lazer. No que diz respeito às atribuições da secretaria, destacam-se os seguintes aspectos:

Fazer cumprir a legislação federal, estadual e municipal, em relação às atividades esportivas; Promover e apoiar as práticas esportivas da comunidade; Administrar os eventos esportivos municipais; Propiciar à comunidade meios de recreação sadia e construtiva; Realizar os torneios e eventos, visando o aprimoramento físico e qualidade de vida dos atletas locais; Articular-se com órgãos da administração pública e/ou entidades particulares, visando à promoção de eventos esportivos; Incentivar, de modo geral, as atividades relacionadas com o esporte e lazer (TOCANTINÓPOLIS, 2019).

Como apresentado anteriormente, a SEJEL do município desenvolve funções em prol da expansão do esporte e do lazer dentro da comunidade. Afinal, as áreas de atuação do poder público requerem diferentes tipos de políticas, incluindo àquelas relacionadas à promoção e expansão do esporte e do lazer.

Ora, levando em consideração que o esporte e o lazer são direitos sociais expressos na CF de 1988, o poder público tem o dever de promover PP direcionadas ao desenvolvimento de ambos. Conforme apresentado no quadro 1, o setor responsável por desenvolver as PP no município de Tocantinópolis conta atualmente com um conjunto de sete projetos de esporte e lazer (seis no primeiro semestre e um no segundo).

Em seguida, detalharemos as principais características dos referidos projetos desenvolvidos pela SEJEL no ano de 2019², dividindo-os em primeiro e segundo semestre, respectivamente:

² Os mesmos projetos referentes ao ano de 2019, conforme contemplados neste estudo, vêm sendo desenvolvidos de forma anual, desde o início da atual gestão, em 2017.

Quadro 01: Projetos desenvolvidos pela SEJEL no primeiro semestre de 2019

NOME DO PROJETO	PÚBLICO-ALVO	OBJETIVO	METODOLOGIA
Projeto Jogos Abertos de Tocantinópolis-JATOC	Campeonato Regional de faixa-etária aberta	Gerar nova iniciativa na área do desporto para a região, possibilitando aos atletas uma aproximação com modalidades esportivas, criando oportunidade de prática saudável	Abertura geral do evento; alojamento e alimentação para as equipes; Apresentação da premiação e equipe de arbitragem; Tabela de jogos
Projeto Verão Esportivo 2019	Atletas amadores, turistas e convidados	Realizar durante o mês de férias no município o projeto verão esportivo, oportunizando aos atletas, turistas e visitantes uma prática saudável do desporto e lazer no período de veraneio na cidade [Julho]	Realizar o campeonato de diversas modalidades esportivas praticada no município, utilizando da estrutura física da praia, calçadão da cidade, ruas, praças e rio para o passeio de caiaque
Projeto Copa dos Povos Indígena Apinajé	Povos Indígenas Apinajé do Município	Estreitar laços de convivência harmoniosa entre os atletas indígenas das diversas aldeias dos povos Apinajé da região, fazendo com a que comunidade indígena socialize entre si por meio do esporte	Melhorar as estruturas físicas e esportivas, executando o nivelamento do campo, colocando as traves, distribuindo material esportivo e divisão das equipes das aldeias, fazendo um cruzamento entre os classificados de cada aldeia
Projeto Campeonato Rural	Atletas Amadores da Zona Rural do Município de Tocantinópolis	Realizar através da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis jogos do campeonato rural nos campos da zona rural, estreitando os laços de amizade e criando mais uma ferramenta de lazer dos atletas da zona rural do município	Utilizar os espaços de lazer como campos de Futebol amador incluindo todas as equipes da zona rural do município de Tocantinópolis, levando os mesmos a interatividade e competição, distribuindo materiais e premiação
Projeto Enduro Trilha do Babaçu	Motoqueiros de toda a região centro Norte e Bico do Papagaio.	Promover o turismo e o crescimento do comércio formal e informal da cidade, através da atividade desportiva da modalidade de motociclismo, envolvendo a região Norte, Centro Norte, e Sul do Maranhão.	Realizar o Enduro do Babaçu, envolvendo os motoqueiros e amantes do esporte radical, comerciantes locais e prefeitura municipal, com estrutura de som, iluminação, festa, alimentação, apresentação artística e trecho com percurso de 30 km

Projeto Futsal Campeão “Um Grito a Favor da Vida”	Atletas amadores de futsal masculino	Realizar um evento levando a juventude, adolescente a prática do esporte, lazer e entretenimento, uma prática saudável de uma vida longe do submundo das drogas.	Realizar uma competição nas quadras poliesportivas dos diversos bairros no município.
---	--------------------------------------	--	---

Fonte: Os autores

Quadro 02: Projeto desenvolvido pela SEJEL no segundo semestre de 2019

NOME DO PROJETO	PÚBLICO-ALVO	OBJETIVO	METODOLOGIA
Projeto Campeonato Municipal de Futebol Amador 1ª e 2ª Divisão	400 a 600 atletas amadores de Futebol masculino.	Trazer opção de esporte e lazer, entretenimento e qualidade de vida, levando a uma prática saudável, longe do submundo das drogas e outros vícios promovendo a união e a integração entre as equipes.	Organização dos Campo Lauro Assunção e CT do Tocantinópolis Esporte Clube; Apresentação do projeto; Reunião com os atletas e dirigentes para aprovação do regulamento; Abertura do evento; Apresentação da premiação e equipe de arbitragem; Tabela de jogos.

Fonte: Os autores

O município de Tocantinópolis conta com um total de sete projetos destinados para o fomento da prática do esporte e do lazer na cidade, desenvolvidos pela SEJEL. A efetivação dessas ações dar-se-á em uma ação conjunta desta secretaria em conformidade com a lei de incentivo à promoção do esporte e lazer do município e as lideranças de cada público-alvo, mas sua atuação está mais no sentido de oferecer apoio com recursos materiais (bolas, equipagens, troféus e espaços) e com recursos humanos (arbitragem).

Corroborando com tais dados, Mezzadri *et al.* (2006), aponta que tais ações se concretizam geralmente com apoio dos órgãos públicos, a partir do fornecimento de

materiais esportivos e recreativos, premiações, espaços e auxílio na organização da parte técnica dos eventos.

Os projetos do município apresentam uma estrutura básica contendo pontos específicos, tais como: Público-alvo; Frequência; Objetivo; Justificativa, Metodologia e Avaliação. Durante a análise, é possível perceber que o número de projetos durante o calendário esportivo é um quantitativo razoável, tendo em vista que a maioria das ações são de média e curta duração. As ações acontecem com uma variação de execução para a comunidade, podendo ser apenas em um fim de semana (como o JATOC e o Enduro de Moto, por exemplo) e durar até três meses de duração (como o Campeonato Municipal de Futebol).

Nota-se que, dentre os sete projetos ofertados pela secretaria, a maior parte é desenvolvida no primeiro semestre do ano, deixando assim o segundo semestre com um calendário de esporte e lazer do município com um número reduzido de atividades dessa natureza, o que nos leva a questionar a ausência de uma proporcionalidade. Compreendemos que seria necessária uma melhor redistribuição para que houvesse um número mais equiparado de projetos ao longo do ano, não concentrando-os quase que exclusivamente em um único semestre, como acontece no município. Afinal, tal circunstância poderia proporcionar um acesso mais equilibrado da prática de esporte e lazer para a comunidade.

Em suma, verifica-se que os objetivos apresentam alguns pontos em comum, os quais fazem menção ao incentivo da promoção da saúde, qualidade de vida, prática esportiva de lazer e, sobretudo, ao incentivo da prática esportiva para os atletas amadores do município, uma vez que a maioria dos projetos estão voltados para este público-alvo, sem a distinção da faixa-etária. Por outro lado, destaca-se a

geração de ações inclusivas destinadas ao público indígena³, bem como ao público rural, com a promoção de campeonatos específicos para os atletas amadores incluindo tais grupos. Portanto, observa-se que os referidos projetos parecem concentrar-se mais na questão esportiva de participação como competição e menos na questão da prática de lazer como recreação. O único que se classifica mais claramente nesta última vertente é o Enduro de Motos.

Conforme mencionado alhures, identifica-se que a maior parte do público-alvo contemplado nessas ações é representada pelos atletas amadores de futebol e futsal do município, como demonstrado em cinco dos sete projetos apresentados no quadro 1, enquanto apenas um deles está voltado ao público indígena Apinajé e um voltado aos motociclistas da cidade e região, mas, ainda assim, a descrição do público-alvo nos projetos é demasiadamente sintética, o que dificulta a compreensão do porquê dessa escolha e/ou organização.

Acerca deste ponto, Da Silva (2015) argumenta que é de suma importância a descrição realista do grupo que o projeto quer beneficiar, uma vez que a definição clara do público-alvo contribui para a escolha da metodologia mais adequada para atingir os objetivos propostos. Assim, deve-se levar em consideração aspectos como a faixa-etária, o grupo social que representa, o nível de escolaridade, a situação socioeconômica, etc.

No que diz respeito a metodologia, também identificamos uma descrição bastante simplória, isto é, sem o devido detalhamento de como acontecerá às implementações dessas ações na comunidade. Além disso, nota-se que, mesmo no caso dos projetos que trazem um detalhamento um pouco mais elaborado acerca da

³ De acordo com IBGE (2010) o Tocantins conta com 13.171 indígenas, deste quantitativo 1676 são do município de Tocantinópolis. Eles são detentores de costumes, organizações sociais e tradições culturais bastante diversificadas.

metodologia utilizada – como é perceptível no 7º projeto, por exemplo – apenas é evidenciado que a secretaria se responsabilizará pela equipe de arbitragem, premiação, bem como a organização dos espaços nos quais os projetos serão executados.

Quadro 03: Justificativa dos Projetos desenvolvidos

NOME DO PROJETO	JUSTIFICATIVA
1º - Jogos Abertos de Tocantinópolis-JATOC	Possibilitar e somar o quantitativo de competência desportivas no Estado, trazendo para o desporto pessoas afastadas, desmotivadas fazendo assim com que a comunidade esportista se socialize em defesa de seus direitos como cidadão.
2º - Projeto Verão Esportivo 2019	Necessidade de realizar no período de verão no nosso município um calendário de competição englobando diversas modalidades tais como: Futsal, Vôlei de Praia, Handebol, Corrida de Rua, Torneio de Skate, Futevôlei e Passeio de Caiaque, destinados para os gêneros Masculino e Feminino
3º - Copa dos Povos Indígena Apinajé	Promover entre os povos Indígenas um campeonato de futebol amador, oportunizando momentos de lazer e competitividade e também buscando revelar novos profissionais de futebol amadores entre os indígenas
4º - Campeonato Rural	Demonstrar através do esporte amador que é possível oportunizar aos trabalhadores e moradores da zona rural do município uma competição de nível e com estrutura adequada para a prática do desporto em nosso município
5º - Enduro Trilha do Babaçu	Promover um evento de grande porte na modalidade de motociclismo através do enduro evidenciando e promovendo o turismo local, envolvendo a força do comércio e as festividades tradicionais da cidade como “Festa do Babaçu” ou “Enduro do Babaçu”
6º - Futsal Campeão “Um Grito a Favor da Vida”	Mostrar uma proposta de evento envolvendo a juventude do município através de jogos desportivos na modalidade de futsal masculino. Tendo no esporte uma ferramenta de combate ao uso indevido de drogas, promovendo a cidadania aliada à educação e prevenção da vida do nosso povo
7º - Campeonato Municipal de Futebol Amador 1ª e 2ª Divisão	Justifica-se por demonstrar de modo simples e direto o esporte como qualidade de vida, formando sujeitos capacitados e capazes de se revelar grandes profissionais na área do futebol, como também ter no esporte uma ferramenta de cidadania e interação de nossa população

Fonte: Os autores.

As justificativas dos projetos demonstram que a maior parte descreve que a criação dessas ações oportuniza aos atletas amadores da cidade a participação e o envolvimento nos campeonatos, buscando sempre incluir os jovens e pessoas

afastadas do esporte, oportunizando, desta forma, momentos de lazer esportivo. Um exemplo disso pode ser observado mais claramente nos seguintes projetos: Jogos Abertos de Tocantinópolis (JATOC) e Copa dos Povos Indígena Apinajé.

Não obstante, algumas justificativas se confundem em grande medida com os próprios objetivos delineados, não evidenciando, destarte, se tais PP desenvolvidas pela SEJEL vêm de demandas exigidas pela comunidade ou parte de uma proposta da própria secretaria dentro do que ela acredita ser melhor para a população. Em nossa avaliação, este dado representa uma lacuna na sustentação da existência dos referidos projetos.

De acordo com Silva (2015), a justificativa deve explicar os motivos pelos quais os projetos precisam ser realizados e de que maneira podem impactar positivamente a qualidade de vida da população envolvida, isto é, de que modo eles irão contribuir para a conversão de determinada realidade social. A autora destaca, ainda, a importância de citar dados, referências bibliográficas e outros estudos que reforcem a justificativa do projeto.

De fato, conforme o nome sugere, a justificativa é representada pela defesa de uma PP, isto é, aquilo que justifica a sua realização como uma resposta às demandas da sociedade. Afinal, conforme advertido por Carvalho (2003, p. 34), “[...] o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual”.

Além disso, constatamos que os projetos apresentam uma variação reduzida de modalidades esportivas e práticas de lazer, com a predominância da prática do futebol (expressa em um total de quatro projetos). As demais modalidades contempladas, por sua vez, aparecem somente em dois projetos (“Projeto Verão” e “JATOC”), são elas: Futsal, Voleibol, Handebol, Basquete, Skate, Corrida de Rua e

Futevôlei, além das práticas que têm características que melhor evidenciam a prática de lazer, como no caso do Passeio de Caiaque.

A reboque desta questão, importa-nos destacar o “Projeto Enduro Trilha do Babaçu”, cuja justificativa perpassa pela promoção de um evento de grande proporção para o público motociclista, oportunizando a participação desse público nas festividades tradicionais do município, além de promover a valorização do comércio e do turismo local durante a trilha.

Ademais, nos chama a atenção o fato de que dois projetos esportivos (Futsal Campeão e Campeonato Municipal de Futebol Amador) vislumbram mais claramente uma preocupação com o exercício da cidadania. Ora, isto nos parece profícuo, sobretudo, ao concordarmos com Borges (2017) a respeito da potencialidade do construto das PP desse campo para proporcionar um processo de iniciação e continuidade da cidadania, não como uma condição da prática democrática, mas como sua própria expressão (ARROYO, 1980).

Quadro 04: Profissionais envolvidos nos Projetos desenvolvidos

NOME DO PROJETO	PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS
1° - Jogos Abertos de Tocantinópolis - JATOC	SEJEL, profissionais de execução contratados para trabalhar no final de semana
2° - Projeto Verão Esportivo 2019	Funcionário da SEJEL, profissionais federados de cada modalidade com apoio da Secretaria de Saúde e da Polícia Militar
3° - Copa dos Povos Indígena Apinajé	SEJEL, equipe de arbitragem, Cacique das Aldeias e representante da FUNAI
4° - Campeonato Rural	SEJEL; árbitros associados; dirigentes das equipes e comunidade local rural
5° - Enduro Trilha do Babaçu	Endureros, SEJEL, Secretaria de Cultura e Turismo, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, equipe de manobras e acrobacias, equipe de segurança e profissionais de saúde

6° - Futsal Campeão “Um Grito a Favor da Vida”	SEJEL; Associação dos árbitros do Município; profissional de Educação Física e equipe de saúde
7° - Campeonato Municipal de Futebol Amador 1ª e 2ª Divisão	SEJEL como agente de manutenção e supervisores de campo; um profissional de Educação Física; seguranças particulares e parceiros como a Polícia Militar, Secretaria de obras, Secretaria da Saúde com Ambulatório Móvel

Fonte: Os autores.

Na descrição dos profissionais envolvidos no processo de implementação dos referidos projetos, destaca-se a existência da parceria com outras secretarias e a solicitação de apoio para a segurança como a participação da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e de uma equipe de saúde para dar suporte no processo de execução, denotando, neste caso, uma importante preocupação com o estado de saúde e a integridade física dos respectivos participantes, bem como do público presente em geral.

Em contrapartida, percebe-se que apenas em um dos projetos está descrito de maneira explícita a participação do profissional de Educação Física (no sexto projeto intitulado Projeto Futsal Campeão “Um Grito a Favor da Vida”). Contudo, é possível inferir que esse profissional faz parte do quadro de funcionários da SEJEL, a qual foi citada em todos os projetos.

Conforme o estudo de Terra e Cruz (2019), a participação de profissionais com conhecimento específico é um elemento importante para a consolidação das PP de esporte e lazer, através conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica sobre o diagnóstico, a realização, a avaliação e a reformulação de projetos, configurando uma ferramenta pedagógica imprescindível para o seu desenvolvimento.

Quadro 05: Sistema de avaliação dos projetos desenvolvidos.

NOME DO PROJETO	SISTEMA DE AVALIAÇÃO
1º - Jogos Abertos de Tocantinópolis - JATOC	Acontece logo ao término da competição uma reunião com todos os contratados, no qual eles entregam um relatório de cada coordenação com os pontos positivos e negativos
2º - Projeto Verão Esportivo 2019	Periódica e ao final do Verão
3º - Copa dos Povos Indígena Apinajé	Ao término do campeonato, através de uma reunião com as lideranças de cada aldeia, líderes de cada equipe, comissão organizadora da SEJEL e Representante da FUNAI
4º - Campeonato Rural	Ao término da Competição
5º - Enduro Trilha do Babaçu	Feita ao final do evento, com a equipe de organização (SEJEL e Endureros), juntamente com participantes do evento que respondem um formulário de avaliação
6º - Futsal Campeão “Um Grito a Favor da Vida”	Ao final da competição realiza-se uma avaliação com todos os representantes de cada time envolvido na competição
7º - Campeonato Municipal de Futebol Amador 1ª e 2ª Divisão	Acontecerá semanalmente com a equipe de arbitragem e coordenadores de cada profissional envolvido. Ao final reúne-se com a equipe organizadora buscando pontos positivos e negativos sobre a execução do projeto

Fonte: Os autores.

Em alguns projetos é possível perceber uma descrição um pouco mais detalhada do processo avaliativo, como é o caso dos Jogos Abertos de Tocantinópolis – JATOC e do Campeonato Municipal de Futebol Amador 1ª e 2ª divisão, enquanto em outros, percebe-se uma descrição bem mais sucinta em relação ao mesmo processo, como é perceptível em outros dois projetos (Verão Esportivo e Campeonato Rural), suscitando um olhar de cunho empirista. De fato, conforme apontado por autores como Cavichioli (1996) e Linhales (2001), essa é a lógica que prevalece no subcampo político/burocrático dos projetos de esporte e lazer, cuja etapa de avaliação ainda é pouco observada e sistematizada.

De acordo com o exposto no quadro acima, o processo de avaliação dos projetos desenvolvidos pela secretaria acontece em conformidade com a duração de cada projeto. Alguns têm um processo avaliativo ao final de cada semana; outros estão sempre voltados para o final do projeto. Na descrição desse processo, evidencia-se que sempre é realizada uma conversa na qual são expostos os pontos positivos e negativos. Entretanto, o que alguns documentos não apresentam de maneira mais explícita é a forma como esse processo é operacionalizado, como por exemplo, a explicitação de quais critérios são considerados neste processo avaliativo.

O processo de avaliação das PP é definido por Cohen e Franco (2007, p.77) como uma “[...] atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos”. Esse processo, segundo os autores, pode acontecer antes (avaliação ex-ante), durante (monitoramento) ou após (avaliação ex-post) a implementação do programa.

Costa e Castanhar (2003) argumentam que uma avaliação sistemática, contínua e eficaz desses projetos pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar a melhor utilização e controle dos recursos aplicados, fornecendo aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de projetos, ações e programas, dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para uma gestão pública mais eficaz.

Portanto, pode-se articular que o fato de ser apresentada como última etapa não significa que ela seja uma ferramenta para ser utilizada apenas após o encerramento da execução de uma determinada PP. Muito pelo contrário, compreendemos que a avaliação deve ser feita de forma processual, isto é,

contemplando todo o ciclo de elaboração e execução de uma PP, contribuindo, destarte, para a maximização do impacto social com os recursos destinados para este fim. Aliás, a este respeito, o sociólogo Vilmar Faria (2002, p. 76) nos adverte que “[...] mais importante talvez do que a avaliação de impacto seja a avaliação de processo de uma política à medida que ela vai sendo desenvolvida”.

Isto posto, pode-se inferir que, apesar de sua complexidade (ou, quiçá, justamente por isso), a avaliação representa um mecanismo inexorável para contribuir e/ou ampliar a eficácia de uma determinada PP, permitindo-nos a possibilidade de “[...] introduzir ajustes para adequar metas originalmente propostas, rever procedimentos de execução, mobilizar novos recursos ou redirecionar recursos alocados” (CARVALHO, 2003, p. 195).

Ora, os resultados em torno do processo de avaliação nos levam a refletir de maneira mais objetiva sobre quem contribui com os projetos antes da sua implementação, uma vez que não fica evidente o ciclo processual para que seja aprovado e implementado. Além disso, durante o processo de avaliação, consideramos ser de fundamental importância que haja uma participação mais efetiva da população envolvida (como uma espécie de *feedback*), tendo em vista que alguns projetos não evidenciam essa informação.

Considerações Finais

A busca pela continuidade do Esporte e Lazer enquanto direito social perpassa, em grande medida, por uma boa elaboração das PP, sendo necessário que a gestão responsável realize de maneira eficiente a implementação desses Projetos na e

com a comunidade, tendo em vista que ela é formada pelos atores que serão beneficiados com tais ações.

Através dessa pesquisa, foi possível observar que a atual gestão municipal de Tocantinópolis, por meio da SEJEL, desenvolve algumas PP de Esporte e Lazer para a comunidade, a partir de um conjunto de sete projetos, estando, desta maneira, em conformidade com a caracterização da oferta de ambos enquanto direitos sociais garantidos em Lei.

Sendo assim, baseado nos objetivos traçados, é possível perceber que a referida gestão oferta uma demanda específica de esporte e lazer para a comunidade tocaninopolina, concentrando-se, entretanto, quase que exclusivamente no primeiro semestre do ano. Apesar dos dados encontrados, é possível perceber que ainda há muito o que se trabalhar em torno da elaboração, implementação e diversificação das PP de Esporte e Lazer no município, pois, além do segundo semestre contar com apenas um projeto desenvolvido para a comunidade, ainda existe uma demanda de diversas modalidades além do Futebol que pode ser explorada para criação de novas políticas esportivas e de lazer.

Sintomaticamente, levando em consideração que o lazer tem se apresentado como uma proposta de direito social a ser acrescida e desenvolvida nos municípios, compreende-se que ele pode ser melhor explorado por meio de uma diversificação dos projetos com características mais lúdicas. Diante do exposto, percebe-se que mesmo com a realização de atividades de lazer apresentada nesse estudo, é importante fomentar a prática do lazer por meio de PP destinadas para esse fim.

Além disso, observa-se que boa parte dos projetos analisados se justificam por oferecer às pessoas a oportunidade de participar de campeonatos com foco no

envolvimento e (re)aproximação com a prática esportiva. No entanto, não fica evidente por meio dos documentos se as demandas desses projetos vêm da comunidade ou se é proposta por iniciativa unilateral dos respectivos gestores.

Por outro lado, é preciso reconhecer que a SEJEL empenha-se em buscar parcerias com outros setores para o desenvolvimento dessas ações, tais como: Polícia Militar, Secretaria de saúde, entre outras. Além disso, na descrição de alguns projetos, é possível identificar a presença do profissional de Educação Física no entre meio dos demais profissionais envolvidos. Ademais, destaca-se dentro do processo de avaliação que a Secretaria busca realizá-la levando em consideração o tempo de execução de cada um dos projetos, ocorrendo ao final de cada semana ou após a finalização da ação. Todavia, em nossa avaliação, é necessária a explicitação de maneira mais detalhada sobre como esse processo é operacionalizado.

Em contas finais, reconhecemos que o fato de estruturarmos o presente estudo por um viés documental, acabou acarretando algumas lacunas, tais como: A visão da secretaria e da própria comunidade sobre as PP de esporte e lazer desenvolvidas pelo município. Ora, será que a população tocantinopolina apresenta uma demanda para uma diversidade de práticas esportivas (para além do futebol/futsal)? Qual é efetivamente o papel do profissional de Educação Física no incentivo à criação/execução destas PP? A impossibilidade de aprofundar dados como esses indica-nos, portanto, a necessidade da realização de novos estudos capazes de contemplar tais questões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. L. **A formação regional do bico do papagaio**: regionalização e polarização. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- ARROYO, M. G. *et al.* **Educação e Cidadania**. São Paulo: Editora Cortez, 1980.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.
- BENTO, J. O. Esclarecimentos e Pressupostos. *In*: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. de S. **Pedagogia do Desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 3-11.
- BORGES, C. N. F. Educação cidadã pelo lazer: a contribuição das políticas públicas de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte: UFMG, v. 20, n. 1, 2017.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? *In*: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-153.
- BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte: UFMG, v. 1, n. 1, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 80.228**, de 25 de agosto de 1977. Regulamenta a Lei n.º 6.251, de 08.10.1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199**, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização do desporto em todo o País.
- BRASIL. **Lei nº 6251**, de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.
- BREIVIK, G. Sport in high modernity: sport as carrier of social values. **Journal of the Philosophy of Sport**, n.25, p. 103-118, 1998.
- BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2008.
- CARVALHO, A. (Org.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CARVALHO, S. N. Avaliação de Programas Sociais: balanço das experiências e contribuições para o debate. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p.185-197, 2003.

CASTELLANI FILHO, L. **A educação física no sistema educacional brasileiro: percurso, paradoxo e perspectivas.** Tese (Doutorado em Educação). Campinas: UNICAMP/FE, 1999.

CASTELLANI FILHO, L. Lazer e qualidade de vida. *In: MARCELLINO, N. C. (Org.). Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras.* Campinas: Autores Associados, 1996. p. 7-22.

CAVICHIOILLI, F. R. **Políticas Públicas para o esporte e lazer: tentativa de mudanças.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1996.

COAKLEY, J. **Sports in Society: issues and controversies.** 9. ed. New York: Mc Graw Hill, 2007.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

DAMATTA, R. **Universo do futebol.** Esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DIAS, D. C.; FONSECA, Z. V. D. Esporte e lazer como necessidade humana: inflexões. *In: SOARES A. A. Diagnóstico do esporte e lazer na região norte brasileira.* Manaus: Edua, 2011.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

EIRAS, S. B.; VIALICH, A. L.; SOUZA, D. L. de; CAVICHIOILLI, F. R. Objetivos da oferta e da procura de projetos sócio-esportivos. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, 2010.

ELIAS, N. Introducción. *In: ELIAS, N.; DUNNING, E. Deporte y ocio en el proceso de la civilización.* México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação.** Lisboa: DIFEL, 1985.

FARIA, V. Políticas públicas e governabilidade: desafios teóricos e práticos. *In: FAUSTO, A. (Org.). Desenvolvimento e integração na América Latina e no Caribe: a contribuição das Ciências Sociais.* Brasília: IPRI/Funag/Flacso/Ministério da Cultura, 2002. p. 65-81.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIÁS. **Decreto-Lei nº 8.305**, de 31 de dezembro de 1943. Dispõe sobre a divisão administrativa e judiciária do estado de Goiás.

- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GOMES, C. M.; REJOWSKI, M. Lazer enquanto objeto de estudo científico: teses defendidas no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 9 – 28, 2005.
- GONÇALVES, M. A. R. **A Vila Olímpica da Verde-e-Rosa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- GRASSO, R. M. F. P. **Políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão do município de Santarém-PA (2005-2012)**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2015.
- IBGE. **Índice Brasileiro de Geografia Estatística**. 2010.
- JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M. **Desenvolvimento social e intersectorialidade: a cidade solidária**. São Paulo: FUNDAP, 1997.
- KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.
- LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013.
- LINHALES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre Políticas Públicas para o setor esportivo. *In*: MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- LINHALES, M. A. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? **Motrivivência**, Florianópolis, n. 11, p. 71-81, 1998.
- MANDELL, R. D. **Historia cultural del deporte**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1986.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e sociedade: algumas aproximações. *In*: MARCELLINO,
- MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. *In*: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MARIANO, S. H. **Políticas públicas de lazer em cidades de pequeno porte de regiões metropolitanas**. 2008. 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.
- MASCARENHAS, F. **Lazer como prática de liberdade**. Goiânia: UFG, 2003.
- MATOS, L. da S. Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade. Lazer e esporte. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. *In*: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e Esporte**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

MELO, M. P. **Esporte e juventude pobre**: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas: Autores Associados, 2005.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. *In*: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 136-164.

MEZZADRI, F. M. *et al.* **Esporte e lazer**: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí: Fontoura, 2006.

N. C. **Lazer e sociedade**: múltiplas relações. Campinas: Alínea, 2008.

NECA, B. D. R.; SANTANA, D. T.; RECHIA, S. Produção do Conhecimento sobre Políticas Públicas de Lazer no Brasil: análise em base de dados multidisciplinar. **Licere**, Belo Horizonte, v. 24, n. 4, 2021.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Programa de Apoio à Gerência Social do Brasil. BID, 1997.

SILVA, I. B. Elaboração de projetos sociais. *In*: CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2, 2015, Marabá-P. **Anais...**, Marabá-PA, UNIFESSPA, 2015, p 8-8.

SOARES, A. *et al.* **Diagnóstico do esporte e lazer na região norte brasileira**: o existente e o necessário. Manaus: Edua, 2011.

SOUZA, A. L.; FERREIRA, T. M. A.; TAVARES, O. Sentidos construídos por atletas de elite sobre a abertura dos jogos olímpicos da juventude de Buenos Aires. **Pensar a Prática**, v. 24, p. 1-21, 2021.

STAREPRAVO, F. A. Caracterizando o subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. *In*: MEZZADRI, Fernando Marinho (Org.). **Políticas públicas e esporte**. Várzea Paulista: Fontoura, 2014. p.33-48.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, v. 17, n. 3, 2011.

STEENBERGEN, J.; TAMBOER, J. Ethics and the double character of sport: an attempt to systematize discussion of the ethics of sport. *In*: MCNAMEE, M.J.; PARRY, S.J. (Eds). **Ethics and Sport**. London: E FN Spon, 1998. p. 35-53.

STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

TERRA, R. B; CRUZ, R. P. V. A Política de Esporte e Lazer no Município de Campo Grande/MS: Caminhos e Possibilidades para a Gestão Pública. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, 2019.

TOCANTINÓPOLIS, **Governo Municipal de Tocantinópolis**. Tocantinópolis, 2019.

VIANNA, J. A.; LOVISOLO, H. R. Projetos de Inclusão Social através do esporte: notas sobre a avaliação. **Movimento**, v. 15, n. 3, p. 145–162, 2009.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Escuta, 1994.

ZOTOVICI, S. A. *et al.* Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e possibilidades de intersetorialidade. **Licere**, v. 16, n. 3, 2013.

Endereço dos(as) Autores(as):

Ian Melo Silveira

Endereço eletrônico: ianmelo@mail.uft.edu.br

Orranette Pereira Padilhas

Endereço eletrônico: orranette@mail.uft.edu.br

Mayrhon José Abrantes Farias

Endereço eletrônico: mayrhon@mail.uft.edu.br

Adriano Lopes de Souza

Endereço eletrônico: adriano.lopes@uft.edu.br